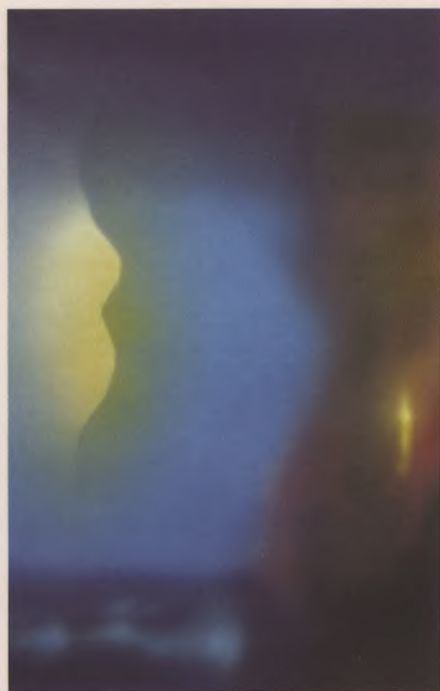


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O 1º DE DEZEMBRO - MEMÓRIA E LITURGIA CÍVICA NA 2ª METADE DE OITOCENTOS**

1. "Tradição inventada" e memória colectiva

Como é que a comemoração da Restauração da Independência de Portugal de 1640, que não passava da celebração de um *Te Deum* criado por D. João IV, se tornou numa das mais importantes festas nacionais da segunda metade de Oitocentos? A resposta a esta questão prende-se directamente com a emergência da questão ibérica, a partir de meados da centúria, à qual se associa uma série de atitudes, muitas das quais de índole eminentemente simbólica, que visavam a afirmação e redefinição da identidade nacional.

Esta transformação pode integrar-se no surgimento das "tradições inventadas", como explica Eric Hobsbawm, as quais constituem um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, cujo objectivo principal é a socialização, a inculcação de crenças, ideias, valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, uma continuidade em relação ao passado: "Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado"⁽¹⁾. A tradição

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CEPESÉ.

** Optou-se, neste estudo, pela actualização ortográfica do título das fontes documentais e respectivas transcrições.

⁽¹⁾ Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p.9.

inventada utiliza a historia como um legitimador da acção e como um factor que fortalece a coesão do grupo, tornando-se num verdadeiro símbolo de luta; emerge aqui o elemento de invenção já que a historia que se torna no âmago do movimento não é unicamente aquela que foi realmente preservada na memoria popular, mas também, e sobretudo, aquela que foi seleccionada, escrita, popularizada e institucionalizada. O estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da historia da sociedade e assume particular interesse nas investigações sobre a nação e seus fenómenos associados como o nacionalismo, o Estado-Nação, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e a *história nacional*.

Complementarmente, esta celebração deve entender-se inserida num movimento mais vasto, gerado pela Revolução Francesa e comum às sociedades ocidentais de Oitocentos, que visava a comemoração da memória colectiva através da fixação de festas nacionais, ampla e emotivamente participadas, como Jacques Le Goff explica: "O século XIX vê, não mais tanto na ordem do saber como o século XVIII, mas na ordem dos sentimentos e também, diga-se em abono da verdade, da educação, uma explosão do espírito comemorativo".⁽²⁾

Como evidenciou Pierre Nora, a história que dava forma às mitologias colectivas, num vaivém constante entre história e memória colectiva, fermentou a partir de "lugares" dessa memória, fossem eles lugares topográficos ou monumentais, mas também funcionais, como os manuais ou associações, ou ainda simbólicos, como as comemorações ou aniversários. Esta memória selectiva do pretérito expande-se em busca da identidade colectiva, dos fundamentos constitutivos da nação ou dos elementos diferenciadores do povo, pelo que a memória estabelece a dialéctica pedagógica e vital entre passado e presente. É pois no século XIX, o "século da memória", mas também o da história entendida como construção mítica e simbólica da nação, que o ritualismo memorial alcança a sua grande expressão pública. A memória colectiva, de transmissão predominantemente oral e repetitiva e de índole normativa, serve os ritos comemorativos geradores de sociabilidades cujo efeito traduz uma mensagem e se interioriza como uma norma.

⁽²⁾Jacques Le Goff, "Memória", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, I.N.C.M., 1984, p. 37.

Como explica Fernando Catroga, a convocação da memória assume um cariz totalizador em que história e ficção se misturam, gerando particular tensão nos casos em que a "recordação é rememoração 'quente'" pois mais do que evocação do passado, "ela deseja transformá-lo, de modo a acabar o que ficou inacabado", operando a mediação da memória "não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente". Assim, "quanto maior for a dimensão colectiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua 'invenção' e para o seu uso e abuso", desempenhando a sua função social através de liturgias, de práticas de *re-presentificação* que dão futuros ao passado objectivadas em diferentes campos - linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos - bem como ritos que realçam a reprodução e a transmissão, sublinhando que a memória não se desenvolve sem suportes materiais, sociais e simbólicos⁽³⁾.

A festa, por sua vez, evoca o passado e liga-o ao presente, simulando o futuro, segundo Mona Ozouf⁽⁴⁾. Nomeadamente a festa de aniversário pressupõe a repetição na qual se escora a esperança, projectando-se nela o desejo ou necessidade de imortalidade e de indestrutibilidade.

O significado da comemoração das festas nacionais deve também ser apreendido à luz da história das mentalidades, na interacção entre informação e educação, permitindo a dilucidação de um universo psicológico, intelectual e moral através dos gestos, fórmulas e insígnias⁽⁵⁾.

⁽³⁾ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, pp. 21-23.

⁽⁴⁾ "Il n'y a pas de fête sans réminiscence; reprise du passé, souvent anniversaire, la fête charrie une mémoire qu'il est bien tentant de prendre pour telle. Annonce de l'avenir, la fête en fournit d'autre par comme une approximation. Elle apporte une simulation de l'avenir que l'historien a la bonne fortune de pouvoir comparer à l'avenir réel" (Mona Ozouf, "La fête sous la Révolution Française", in *Faire de l'Histoire. Nouveaux Objets*, vol. 3, Paris, Gallimard, 1974, p. 343).

⁽⁵⁾ Georges Duby, "Histoire des Mentalités", in *L'Histoire et ses méthodes*, s. 1., Librairie Gallimard, 1961, pp. 937-965.

2. Prioridade legitimista da comemoração

A celebração do 1º de Dezembro, a partir da década de 1860, conjugou a dimensão de "tradição inventada" e a memória selectiva da restauração da independência, entendida como emblema axial de resistência à propagação ibérica, projectou-se numa festa consagrada no calendário cívico nacional, podendo considerar-se o primeiro e mais poderoso contributo para a laicização das festas nacionais; de dia de pequena gala, depressa se transformou no mais celebrado "dia de grande gala popular"⁽⁶⁾.

Não que anteriormente essa efeméride fosse totalmente destituída de valor simbólico, mas estava longe daquele que a seguir lhe seria atribuído. O 1º de Dezembro de 1840, por exemplo, foi escolhido para o acto de colocação da primeira pedra do monumento evocativo do desembarque de D. Pedro em Pampelido⁽⁷⁾. Mas as primeiras reivindicações desta comemoração partiram da imprensa miguelista que evocava o feito de 1640 como a grande lição da história que restituíra ao trono o soberano legítimo. Antes de emblema anti-ibérico, o 1º de Dezembro foi pois usado como emblema da legitimidade antiliberal. Desde finais da década de quarenta que esse "marco da legitimidade" era destacadamente saudado na imprensa absolutista, sobretudo através de textos evocativos e poesias alusivas. Logo no primeiro ano de existência, no 1º de Dezembro de 1847, *A Nação* ofereceu aos seus leitores um extenso artigo de abertura que defendia que em qualquer país tais dias eram celebrados, censurando o esquecimento ingrato do Portugal liberal.

A memória simbólica legitimista não se restringia, todavia, à glorificação da Restauração de 1640 tendo eleito outros emblemas como a fundação da nacionalidade, assente nas míticas batalha de Ourique e Cortes de Lamego, e a crise da nacionalidade de 1383-85, redimida em Aljubarrota e nas Cortes de Coimbra. Nestes três momentos, que se lhe

⁽⁶⁾ *Almanaque da Independência Nacional*, Lisboa, Tip. Editora de Matos Moreira & Comp.^a, 1873, p. 3.

[^] Evocando-se então o bicentenário de uma data "memorável pela elevação ao Trono Português da Dinastia de Bragança, e pela heroica revolução, que libertou os Portugueses de um prolongado cativo, e estranha dominação" (*O Monumento de Arnosa de Pampelido, lugar do desembarque de S. M. I. o Sr. D. Pedro, à frente do Exército Libertador, em 8 de Julho de 1832. Colocação da sua pedra fundamental*, Porto, Imprensa de Alvares Ribeiro, 1840, p. 3.)

afiguravam geradores de legitimidade, foi a memória antiliberal buscar o arsenal histórico-simbólico escorado na dupla justificação do direito e da guerra justa, da lei e da espada. Daí o exalçamento de heróis que representavam uma e outra esfera, como o Condestável e o doutor João das Regras, enquanto a "trilogia real" composta pelos monarcas Afonso Henriques, João I e João IV, prefigurava a realização da nacionalidade através do direito legítimo que lhes assistiu a par da glória bélica.

Fiel ao lema "o passado como farol do futuro", *A Nação* insistia nestes temas, consagrando-lhes o mais nobre espaço da sua primeira folha. Em 1849, no aniversário de Aljubarrota, afirmava que a memória dessa batalha era insultada pelos planos iberistas das mais altas instâncias da governação⁽⁸⁾. As duas efemérides - 14 de Agosto e 1º de Dezembro - paralelamente ao significado de legitimidade, vão-se tornando também bandeiras contra o iberismo, agitadas, ano após ano. Este diário reivindicava mesmo a construção de monumentos evocativos daqueles feitos, bem como a recuperação da cerimónia da edilidade lisboeta de acção de graças pela Restauração de Portugal, e lamentava o estado de miséria das descendentes de João Pinto Ribeiro acusando o poder liberal de querer destruir todos os monumentos do 1º de Dezembro "pela fome, cepticismo e camartelo"⁽⁹⁾. Ao longo da década de cinquenta, não deixará nunca passar em claro os aniversários de Aljubarrota e da Restauração, atribuindo-lhes, progressiva e veementemente, o significado de dias nacionais de cruzada anti-ibérica, ao mesmo tempo que reivindicava a sua comemoração pública, sob alguns protestos dos órgãos liberais, como a *Revolução de Setembro*, pela pena de Latino Coelho⁽¹⁰⁾.

Em 1854, *A Nação* atribuía o "ferrete da ignomínia" a quem se esquecesse deste dia, reiterando que quem não quisesse ser ibérico o deveria celebrar, sem que isto representasse qualquer afronta ao povo vizinho, que aliás também festejava os seus dias de glorificação nacional, como o 2 de Maio, sem que a França o tomasse como ofensa⁽¹¹⁾. Curiosamente, os partidários do absolutismo não só se antecipavam aos liberais na

(8) *A Nação*, Lisboa, n.º 565, 14 Agosto 1848, p. 1.

(9) *A Nação*, n.º 952, 2 Dezembro 1850, p. 1.

(10) *Revolução de Setembro*, Lisboa, n.º 3409, 18 Agosto 1853 e n.º 4091, 2 Dezembro, 1855.

(11) *A Nação*, n.º 2139, 30 Novembro 1854, p. 1.

reclamação da comemoração do Iº de Dezembro⁽¹²⁾ 13, como foram os pioneiros a utilizar aquele argumento que, após 1861, se generalizaria à maioria da imprensa constitucional, confrontada com a má recepção em Espanha às iniciativas da Associação Iº de Dezembro. De certa forma, pode dizer-se que se anteciparam ainda aos republicanos na construção da mitologia nacional e no culto dos seus heróis, pois também *A Nação* evocou o aniversário da morte de Luís de Camões, o poeta que "vinculou para sempre o nome de Portugal à duração do mundo", emotivamente lembrado, por exemplo, no artigo *O Dia Dez de Junho*⁽¹³⁾

Quando em 1861 o país se mobilizou para festejar o aniversário da Restauração sob o impulso da Associação Iº de Dezembro, *A Nação* não pôde deixar de notar que tal sentimento pecava por tardio, lembrando que desde que se estreara nas lides da imprensa portuguesa havia pugnado por essas celebrações nacionais, e lamentava "que aparecesse tão serôdio este ardor, este zelo patriótico", já que há catorze anos vinha comemorando os gloriosos aniversários de Aljubarrota e do Iº de Dezembro⁽¹⁴⁾. A sua atitude demarca-se então da liberal, censurando que só se cuidassem de festas em vez de extirpar o mal, propondo o relançamento colonial, advogando o estreitamento dos laços de amizade entre os dois povos da península, pelo menos até 1868, ano em que aderiu à estridência dos festejos do Iº de Dezembro.

Ao longo da década de 1850, apenas iniciativas esporádicas da imprensa liberal revelavam a intenção de evocar o aniversário da revolução de 1640. Destaca-se neste contexto o *Braz Tisana* que desde 1851, data da sua fundação, não deixou passar um ano sem lembrar a efeméride. Ora em tom jocoso, ora mais sério, o jornal de José de Sousa Bandeira - o homem que seria o mentor dos festejos do Iº de Dezembro no Porto - evocava o dia em que "os nossos amiguinhos de Castela levaram para seu tabaco"⁽¹⁵⁾, lembrava os perigos do sacrifício da independência

⁽¹²⁾A par âe *A Nação*, outros jornais legitimistas revelaram idêntico empenho, como os portuenses *A Pátria* (1849-1850), *O Portugal* (criado em 1854) e ainda, se bem que com menos constância, *A Monarquia* e *O Direito* (1857-1877), apesar deste último ter sido a principal folha miguelista do Porto e ter sempre revelado grande sintonia com o seu congênera da capital.

⁽¹³⁾*A Nação*, nº 2585, 10 Junho 1856, p. 1.

⁽¹⁴⁾*A Nação*, nº 4095, 27 Julho 1861, p. 2.

⁽¹⁵⁾*O Braz Tisana*, Porto, nº 133, 5 Dezembro 1852, p. 1.

nacional ao ideal de Progresso, afirmava a necessidade de depurar o sistema constitucional, apontava o dever da sociedade portuguesa de promover a comemoração do aniversário da Restauração⁽¹⁶⁾.

3. A Associação Iº de Dezembro

A ideia de comemoração do Iº de Dezembro terá germinado desde meados da centúria como resultado dos impulsos atrás enunciados. Em 16 de Maio de 1861 ela revela-se abertamente, tendo sido a principal deliberação tomada na reunião participada por indivíduos de diferentes estratos sociais efectuada em casa de Feliciano de Andrade Moura⁽¹⁷⁾. Este industrial que dias antes percorrera as ruas de Lisboa entregando circulares que convidava os cidadãos a comparecerem na Rua Augusta para elaborarem um desmentido às crescentes afirmações ibéricas, foi o grande impulsionador da Associação Nacional Iº de Dezembro, designação que tomou logo na segunda reunião, em 24 de Maio, por proposta de Brito Aranha. A partir de então a evolução foi rápida, e as adesões numerosas e ilustres. Na sessão de 3 de Julho Andrade Moura daria conta do seu encontro com o chefe do governo a quem informara das projectadas manifestações no Iº de Dezembro, tendo obtido do Marquês de Loulé o esperado assentimento.

A primeira reunião pública, convocada por editais e avisos, congregou a 14 de Julho mais de duas mil pessoas no palácio dos Condes de Almada, no largo de S. Domingos, local em que se sediara a Associação por sugestão de Luís de Castro Guimarães, então seu arrendatário. Após um caloroso discurso, Andrade Moura convidou o auditorio a elaborar uma lista de quarenta nomes a serem escolhidos por escrutínio secreto, para formarem a comissão central, a qual viria a tomar posse em 28 de Julho, sendo integrada por indivíduos de diversos quadrantes

⁽¹⁶⁾0 *Braz Tisana*, n.º 279, 6 Dezembro 1854, p. 1-2; n.º 276, 1 Dezembro 1856, p. 2; n.º 275, 30 Novembro 1861, pp. 1-3.

⁽¹⁷⁾E. A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, Oficinas da Penitência de Lisboa, 1940, p. 1.0 empenho de Andrade Moura granjeou-lhe a alcunha de "João das Regras" (Visconde Sanches de Baena, *Fastos Históricos da Comissão Central Iº de Dezembro de 1640 ou o Monumento aos Restauradores de Portugal*, Lisboa, Tipografia Matos Moreira, 1885, p. 12, nota 1).

ideológicos, e de reconhecida craveira política e intelectual⁽¹⁸⁾ 19. Durante o mês de Agosto, o presidente Antonio Esteves de Carvalho reuniu várias vezes e conseguiu a adesão de outras figuras proeminentes das letras e da política portuguesas.

A primeira iniciativa consistiu na publicação de um *Manifesto* que visava expor o objectivo da comissão respeitante à comemoração do 1º de Dezembro e as razões que lhe assistiam. Este documento, publicado em 25 de Agosto, foi redigido por Alexandre Herculano, José Estêvão, Silva Túlio e Dr. Gomes de Abreu (lente de Coimbra), tendo conhecido grande divulgação pois foi transcrito na maioria dos periódicos da época. Pretendendo representar "a opinião unânime do povo português", este texto insurgia-se contra alguns órgãos das imprensas espanhola e francesa que haviam publicitado a união ibérica e apresentado largos sectores da sociedade portuguesa interessados na sua realização. Invocando o direito europeu e a vontade dos povos, explicava os motivos subjacentes à comemoração do 1º de Dezembro:

"Portugal, avivando e celebrando com mais solenidade o aniversário da reconquista da Independência em 1640, nem pretende ferir o pundonor da briosa nação espanhola, nossa amiga e aliada, nem ressuscitar os ódios que outrora inimizaram os dois povos convizinhos. [...] Nenhum outro motivo inspirou aos portugueses a ideia de manifestar o seu patriotismo, determinando sem insinuação nem concerto prévio, na capital, nas províncias, em cidades e aldeias, repor na memória nacional, com a devida solenidade, o aniversário da Restauração da nossa Independência em 1640. [...] O sentimento público, assim como se moveu, de por si, a esta manifestação, há-de realizá-la com sisudeza, sem ostentações vãs, e com a circunspeção que demanda tal solenidade".⁽¹⁹⁾

Saliente-se que a circular de 30 de Setembro enviada com o *Manifesto* às câmaras municipais e comissões locais insistia na questão da sobriedade

⁽¹⁸⁾Além do presidente António Esteves de Carvalho, que então chefiava a câmara da capital, assinaram o auto de posse secretariado por Brito Aranha, Anselmo Braancamp, Silva Túlio, Inocêncio Francisco da Silva, José Estêvão, João Daniel de Sines, Manuel Jesus Coelho, Mendes Leal, entre outros.

⁽¹⁹⁾Alexandre Herculano, Anselmo Braancamp e Inocêncio Francisco da Silva foram incumbidos de traduzir o *Manifesto* em francês e inglês já que a Comissão decidira enviar exemplares aos côsules de Portugal residentes em França e Inglaterra.

que deveria presidir a todos os festejos, reflectindo não só a vontade de manutenção da ordem pública, como também de dignificação de uma festa cujas manifestações seriam comentadas em Espanha. Determinava ainda que o *Te Deum* se celebrasse com a máxima solenidade; que fosse erigido um padrão frente ao Palácio Almada com a inscrição: "Aos Restauradores de 1640: A Cidade de Lisboa em 1861"; que se publicasse um compêndio da história daquela revolução para ser distribuído pelas escolas públicas e generalizado entre o povo; e que se comunicassem estas deliberações às comissões já constituídas e a constituir⁽²⁰⁾ 21.

O país aderiu entusiasticamente a esta proposta, tendo-se formado comissões em numerosas cidades, vilas e aldeias e, não fora o adiamento dos festejos em virtude do luto pelo rei, esse ano seria o primeiro da grande comemoração do 1º de Dezembro. O Porto foi a primeira cidade a responder ao chamado sob a orientação de José de Sousa Bandeira que presidiria a uma comissão composta por representantes da imprensa portuense e incluía Camilo Castelo Branco pelo 1º de Dezembro⁽²¹⁾. Em Coimbra, o arranque deu-se no dia 2 de Junho de 1861, na Câmara Municipal, onde se realizou uma reunião concorrida por alguns pares do Reino, lentes da Universidade, secretário geral do governo civil, chefes de diversas repartições públicas, e muitos funcionários públicos, comerciantes e artistas, para nomear uma comissão encarregada dos festejos do 1º de Dezembro⁽²²⁾. Aveiro inspirou-se nas realizações do Porto e Coimbra para organizar as suas comissões⁽²³⁾, o mesmo acontecendo em outras localidades desde Viana do Castelo a Lagos.

A Comissão Central prosseguiu os seus objectivos nos anos subsequentes: reunia regularmente; correspondia-se com as câmaras e comissões locais; preparava anualmente as comemorações. Ultrapassou alguns reveses como o incêndio que destruiu o seu arquivo (Novembro de 1863), e a morte de sócios fundadores como José Estêvão (1862) e o presidente António Esteves de Carvalho (1868). Em 1867, a direcção activou a instalação definitiva de subcomissões nas freguesias da capital, trabalho que havia sido iniciado em 1861, e começou a sensibilizar a

⁽²⁰⁾*Estatutos da Comissão T de Dezembro de 1640*, Lisboa, Tipografia de Castro & Irmão, 1869.

⁽²¹⁾*A Época*, Lisboa, n.º 544, 7 Novembro 1861.

⁽²²⁾*O Luso*, Porto, n.º 30, 9 Junho 1861, p. 4.

⁽²³⁾*O Amigo do Povo*, Porto, n.º 400, 17 Maio 1861, p. 2.

opinião pública para a grande aspiração de ser erigido um monumento aos restauradores. De uma das subcomissões presidida por Joaquim Tomás Lobo de Aguiar saiu uma circular datada de 20 de Dezembro de 1867 que alertava para a conveniência de ser levantado um monumento que perpetuasse a memória do feito de 1640, solicitando o auxílio de todos os concidadãos para a realização dessa empresa.

Em 1868, novo tempo forte da questão ibérica em virtude da crise de interinidade espanhola, a Comissão Central da Sociedade I^o de Dezembro redobrou o seu combate àquelas ideias, outra vez defendidas com particular denodo na imprensa do país vizinho. Alertou então para a necessidade de armamento geral do país e publicitou um *Protesto* no qual se reiteravam os princípios do *Manifesto* de 1861, enfatizando a rejeição do iberismo por parte do povo português. Este documento, publicado com a data de 24 de Fevereiro de 1869, recuperou alguns parágrafos do *Manifesto* de 1861, foi redigido em português e francês por Alexandre Herculano, Rebelo da Silva e Mendes Leal, e os canais da sua difusão foram os habituais: além da sua publicação na imprensa periódica, foi enviado a todas câmaras municipais, juntamente com uma circular (12 de Março) que solicitava a assinatura dos membros das edilidades no intuito de se alcançar "a mais autêntica e irrefragável comprovação dos sentimentos e do querer de todo o Portugal". Como era de prever, a reacção foi positiva: até Outubro de 1869 a Comissão tinha recebido 149 respostas provenientes de câmaras do continente, ilhas e ultramar.

A questão do armamento assumiu particular relevância entre os projectos da Comissão que defendia a urgência de organizar a força armada portuguesa; propôs então o estabelecimento de uma escola de tiro em todas as povoações e decidiu activar uma subscrição nacional para aquisição de armamento moderno e apetrechos de guerra para o exército e para a marinha. Esta subscrição foi aberta nos territórios metropolitano, insular, ultramarino e ainda no Brasil, tendo-se constituído no Rio de Janeiro uma comissão para o efeito que conseguiu apurar a quantia de 169 925\$670 réis, remetida à Secretaria dos Negócios Estrangeiros em 31 de Janeiro de 1870⁽²⁴⁾. A Baía seguiu-lhe o exemplo, tendo-se aí formado uma comissão que dirigiu uma circular aos portugueses residentes,

⁽²⁴⁾E. A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal...*, p. 20.

sensibilizando-os à defesa da pátria longínqua sob o brado "100 mil armas para 100 mil homens"⁽²⁵⁾.

No conturbado ano de 1868 deram-se algumas alterações significativas no seio da Comissão 1º de Dezembro. Foi aprovada a admissão do Visconde de Sanches de Baena que viria a contribuir decisivamente para o sucesso de várias das suas iniciativas quer em Portugal quer no Brasil; foi nomeado presidente Luís Maria de Carvalho Daun e Lorena, bisneto do Marquês do Pombal; foi aceite a proposta de Mendes Leal que visava nomear 40 vogais suplentes além dos 40 efectivos. No ano seguinte, prosseguiu a organização de comissões filiais na província, a nível de concelhos e freguesias, sendo também reorganizadas as subcomissões nas freguesias da capital; os seus Estatutos foram aprovados na sessão de 8 de Maio e em seguida pelo Governo, o que lhe permitiu a legalização como associação patriótica de carácter permanente. Administrada por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um vice-tesoureiro e três fiscais, a Comissão explicitava claramente os fins que se propunha alcançar no art. 20º dos seus estatutos:

1º - Solenizar o aniversário da gloriosa Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de cada ano.

2º - Erigir na capital um monumento comemorativo aos que tomaram a iniciativa daquele ilustre feito.

3º - Empregar todos os meios legais, que forem julgados conducentes à manutenção da Independência Nacional, de acordo com o manifesto e circular da mesma comissão publicados em 25 de Agosto e 30 de Setembro de 1861, os quais ficam fazendo parte destes Estatutos.

Durante o consulado de Saldanha, devido à forte suspeição de "manejos ibéricos" por parte deste estadista, a questão do armamento reassumiu preponderância no conspecto das actividades da Comissão. Em sessão de 28 de Maio, foi votada por unanimidade a resolução de ser redigida uma *Mensagem* que consagrasse as propostas da Comissão no tocante ao armamento, a qual seria escrita por Aires de Sá Nogueira, António de Melo Breyner, Luís Filipe Leite, Alberto Osório de Vasconcelos

⁽²⁵⁾*Correspondência de Portugal*, Lisboa, nº 166, 14 Dezembro 1868. Esta notícia intitulada "Patriotismo Português" referia que os lusos da Baía haviam mandado bordar uma ou duas bandeiras para oferecerem ao 1º batalhão que se formasse em Portugal, quando fosse necessário recorrer às armas.

e José Dionísio de Meló Faro, e dirigida ao chefe do governo com data de 4 de Junho de 1870.

A *Mensagem* defendia que organizar militarmente o país era uma necessidade urgentíssima e impreterível, que a independência nacional estava intimamente ligada ao aperfeiçoamento, grandeza e extensão das instituições militares, que o exército se deveria tornar uma instituição nacional e propunha a criação de uma milícia de cidadãos armados que se tornaria a salvaguarda da independência nacional. Para alcançar este desiderato alvitrava oito tópicos fundamentais que consubstanciavam um autêntico programa de paz armada:

1º - A reforma completa do exército, tornando-o uma instituição verdadeiramente nacional, instrumento inquebrantável de independência, defesa e liberdade.

2º - A reorganização da força naval com vista à eficácia do seu poder defensivo.

3º - O serviço obrigatório para todos os cidadãos válidos, tomando-se o núcleo do exército uma escola e um viveiro, sempre em actividade, das reservas.

4º - A redução das despesas do ministério da guerra ao estritamente necessário.

5º - O estabelecimento nos municípios de escolas militares preparatórias, compreendendo os ginásios, a instrução do tiro e de pelotão.

6º - A aquisição de armamento e equipamento bem como a rápida ampliação do material de artilharia.

7º - A fortificação terrestre e marítima de Lisboa, da península de Setúbal, da cidade do Porto, e de outros pontos estratégicos.

8º - A subordinação de todos os traçados de estradas, canais e caminhos-de-ferro às condições de boa defesa.

A resposta de Saldanha, emitida a 15 do mesmo mês, considerando embora que as instituições militares careciam de profunda reorganização, aliás já planeada, não comungava dos medos que a *Mensagem* admitia como reais. Diplomáticamente defendia que a paz e a sabedoria eram os instrumentos mais seguros da independência e da grandeza dos povos e tranquilizava os ânimos receosos de agressões iminentes. Todavia, a Comissão não inflectiu nos seus propósitos. Na sessão de 14 de Junho, Melo e Faro leu o discurso de Prim transcrito na edição de 11 desse mês no periódico *Las Novedades* e exortou os presentes a protestarem contra as expressões aí contidas que considerava afrontosas da dignidade

nacional. Lembrou ainda a recente política espanhola de distribuir condecorações em larga escala a portugueses para que os galardoados fizessem a propaganda da união ibérica e terminou as suas considerações propondo que se o governo não tomasse rápidas providências no âmbito da defesa nacional deveria ser publicado um novo *Manifesto* em várias línguas e profusamente publicitado em Portugal e no estrangeiro. Esta ideia foi acolhida com entusiasmo e, apesar de Luís de Lorena, presidente da Comissão e então ministro da Marinha, ter informado que o governo decidira manter a neutralidade armada perante o conflito franco-prussiano e havia enviado à Bélgica um oficial para adquirir 35 000 espingardas, foi decidido na sessão de 13 de Agosto publicar esse novo documento, encarregando-se da sua elaboração Melo e Faro, Filipe Leite e Melo Breyner⁽²⁶⁾.

O *Manifesto da Comissão Central Primeiro de Dezembro de 1640 ao Povo Português* saiu com data de 20 de Agosto de 1870 e pretendeu, por um lado, dar conta ao país dos esforços daquela organização para manter a independência nacional e, por outro, solicitar o apoio de "todas as forças constitutivas do país" para ser levado a cabo o armamento geral. Ao enumerar as diligências da Comissão, o *Manifesto* responsabilizou os sucessivos governos e poderes públicos por não terem tomado qualquer medida em matéria de defesa nacional quando a situação tanto interna como externa assim o aconselhava. Refira-se que a conjuntura política europeia é recorrentemente mencionada neste documento, desde a candidatura Hohenzolern e a eclosão da guerra franco-prussiana, das ameaças à independência da Bélgica à contumaz procura de uma candidatura portuguesa para o trono espanhol. Acrescia a este estado de coisas o sistemático silêncio das autoridades portuguesas que, no parecer da Comissão, contribuía para agudizar o já intenso clima de intranquilidade. Tal como acontecera com o *Protesto* de 1869, o *Manifesto* de 1870 foi enviado às diferentes edilidades durante os meses seguintes, desta feita com a ajuda do vogal Eduardo Coelho que na tipografia do *Diário de Notícias* imprimira gratuitamente cinco mil exemplares.

⁽²⁶⁾E. A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal...*, pp. 38 e 42.

Relativamente à intenção de instruir militarmente o país, três vogais propuseram ainda em Fevereiro de 1871 que fosse solicitado ao Ministério da Guerra o empréstimo de carabinas para serem distribuídas pelos alunos do Colégio Liceu, estabelecido no Palácio Almada, tendo-se oferecido um deles, o tenente João Soares Luna, para ministrar a respectiva instrução. A proposta foi aprovada e inclusivamente alargada a outros colégios de Lisboa, com o assentimento do ministro José Maria Morais Rego que facultou o fornecimento das armas, iniciando-se assim os batalhões escolares das escolas municipais. Por várias sessões ainda a Comissão deliberou insistir junto do governo no sentido de se efectivar a reorganização do exército.

Todavia, a década de setenta ficou marcada no âmbito das actividades da Comissão, pela vontade de construir um monumento em honra dos heróis da Restauração, reivindicação já há anos bem patente na imprensa periódica. Na sessão de 10 de Dezembro de 1870 discutiu-se a transferência dos restos mortais de João Pinto Ribeiro do convento de S. Francisco para junto do túmulo de D. João IV, sendo então nomeada uma subcomissão para estudar a forma de realizar tal instalação. Em Fevereiro seguinte, Andrade Moura e Custódio Firmo Rodrigues viram ser aprovada por unanimidade a sua proposta de solicitar ao parlamento a criação dum Panteão para aí serem depositados os restos mortais dos ilustres e beneméritos da pátria, e colocados os bustos daqueles cujas cinzas não fossem encontradas. Esta proposta alvitrava ainda que a Igreja do Carmo poderia servir para esse fim, devendo ser votada uma verba para a construção do tecto.

Não obstante estas iniciativas, é o monumento aos Restauradores que se torna uma das principais frentes de acção da Comissão durante mais de um decénio. Isto porque após a aprovação do projecto do professor de Belas Artes António Tomás da Fonseca e dos estatuários António Alberto Nunes e José Simões de Almeida Júnior, a sua construção, iniciada no 1º de Dezembro de 1875, confrontou-se com obstáculos de ordem financeira. Além dos co-financiamentos do Estado e da Câmara Municipal de Lisboa, as subscrições abertas para o efeito conheceram diversas vicissitudes.

A Comissão coordenou a subscrição nacional (metrópole, ultramar e ilhas) e incumbiu o Visconde de Sanches Baena de instalar no Rio de Janeiro, para onde fora por motivos pessoais, uma comissão que se encarregaria de abrir uma subscrição no Brasil. Foi aí grande a adesão

à iniciativa da Comissão, seguindo regularmente os seus trâmites na primeira fase⁽²⁷⁾, isto é, até 1872⁽²⁸⁾, mas logo a seguir alguns subscritores pensando que a receita se destinava à aquisição do Palácio Almada e não ao monumento dos Restauradores, pretenderam recuperar os seus donativos, publicando declarações nesse sentido em diversos jornais de Lisboa e do Rio. Baena recebeu a solidariedade de alguns residentes no Brasil⁽²⁹⁾ mas só após intensa correspondência entre as comissões das duas capitais e a intervenção do governo português que investigou sobre a veracidade das acusações feitas à Comissão Central, esta saiu ilibada, em Outubro de 1874. Em Dezembro publicou uma pequena colectânea de documentos com a qual pretendia defender-se perante os subscritores do Brasil que lhe haviam feito "injustas arguições", obedecendo "decerto a insinuações que de cá lhes foram dirigidas"⁽³⁰⁾.

Certo é que as receitas das subscrições foram sempre insuficientes e, ainda em 1880,0 *António Maria* comentava jocosamente as dificuldades da Comissão para angariar as verbas necessárias àquela "pedreira

⁽²⁷⁾Desta actividade deu conta o opúsculo *Recompilação dos artigos publicados na Imprensa do Rio de Janeiro sobre o processo da Comissão aqui em actividade para agenciar donativos, afim de levantar um Monumento e criar 40 Escolas de Instrução primária em honra da Restauração de Portugal em 1640, precedida da notícia sobre a Sociedade Central 1º de Dezembro de 1640 em Lisboa*, Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1873, 39 p. São sobretudo artigos, notícias e discursos extraídos do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro.

⁽²⁸⁾Na sessão de 29 de Setembro o Visconde de Sanches Baena apresentou à Comissão Central o relatório dos resultados da subscrição realizada na capital do império brasileiro, na qual foram apurados 10 624\$308 réis, o qual seria em seguida publicado sob o título *Relatório apresentado à Comissão 1º de Dezembro de 1640 pelo vogal efectivo [...] acerca das diligencias a que se procedeu no Rio de Janeiro para aí se levantar a subscrição aplicada à erecção do Monumento que se trata de elevar aos Restauradores de 1640*, Lisboa, Tip. da Academia das Ciências, 1873, 32 p.

⁽²⁹⁾Reflectiu esta solidariedade o folheto *Portugal e Espanha. Carta do Dr. José Rodrigues de Matos ao Visconde de Sanches de Baena e artigo do mesmo autor publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 10 de Janeiro de 1873 por ocasião da subscrição promovida naquela cidade para se elevar em Lisboa o Monumento Comemorativo da Restauração da Independência Nacional em 1640*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1873, 16 p.

^m*Resposta da Comissão Central 1º de Dezembro a alguns subscritores do Império do Brasil para o monumento aos Restauradores da Independência de Portugal em 1640*, Lisboa, Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, 1874, 64 p.

comemorativa": "Quanto mais sobem os tapumes, menos sobe a subscrição!"⁽³¹⁾. Finalmente, em 1886, o monumento foi inaugurado, tendo então sido distribuído um livro publicado sob os auspícios da Comissão Central e dirigido por Luís Augusto Palmeirim: *A Restauração de Portugal. Opúsculo Histórico*⁽³²⁾.

Indiscutivelmente, a imprensa periódica foi a grande aliada da Associação I^o de Dezembro mas, como adiante se verá, ela foi também o principal veículo das contestações de que foi alvo. Ao publicitar os documentos emitidos pela Comissão Central, o programa das comemorações e os festejos realizados, ela tornou-se um importante promotor da memória da Restauração. Entre o discurso do jornal e a narração comemorativa instala-se uma tensão fecunda. Escrita do presente e para o presente, os periódicos utilizam uma estratégia de exercício da memória para inscrever o presente no quadro de um passado bem balizado com vista a exorcizar os receios e dominar o futuro, submetendo-o às regras de uma memória nacional homogénea e tranquilizadora. Para reduzir a distância entre o imprevisível e a universalidade do princípio, os jornais utilizam uma temporalidade múltipla, o tempo curto da repetição ritual, o tempo médio da conjuntura, e a duração longa das permanências ou das rupturas fundadoras, inscrevendo-se neste terceiro nível o discurso comemorativo que pretende reflectir o sentido do devir histórico⁽³³⁾.

A evocação da revolução de 1640 tomava lugar na I^a página, prolongando-se, quando necessário, às seguintes. Além das letras de maior corpo, passaram a utilizar-se vinhetas e ornamentações tipográficas que concediam à homenagem a deferência de que nenhuma outra era merecedora, nem mesmo os epitáfios reais. Invariavelmente, o conteúdo era na sua maior extensão preenchido por longas narrações históricas que evocavam os antecedentes e os actos mais emblemáticos da Restauração, conferindo aos seus protagonistas o estatuto de heróis nacionais. A par da "lição da História" que os jornais pretendiam espalhar, os seus textos realçavam o dever de comemorar tal aniversário como forma de saldar

⁽³¹⁾O *António Maria*, Lisboa, 15 Janeiro 1880, p. 23.

⁽³²⁾As suas 36 páginas continham 29 textos de destacados escritores sobre os acontecimentos de 1640 e diversas gravuras da autoria de Caetano Alberto e Manuel de Macedo.

⁽³³⁾Jean Marie Goulemot; Éric Walter, "Les Centenaires de Voltaire et Rousseau", in *Les Lieux de Mémoire. La République*, Paris, Gallimard, 1997, p. 355.

a dívida de gratidão pelo resgate da independência e de glorificação de uma revolução que se tinha como modelar no contexto da história europeia. Pese embora se repetisse incessantemente que a celebração não significava provocação, não pretendia avivar ódios entre portugueses e espanhóis e era desejável o estreitamento dos laços de amizade entre ambos, muito frequentemente as preocupações do presente suscitavam uma linguagem agreste, derivando facilmente do anti-iberismo para o anticastelhanismo como o demonstra o seguinte excerto do *Consciencioso* que assim justificava o seu empenho em celebrar o 1º de Dezembro:

"Em Espanha campeia despótico o fanatismo; o padre Claret vasculha nas cinzas dispersas das fogueiras da inquisição à procura de uma faúlha que a reacenda...

Aqui, em Portugal, a religião do Crucificado, toda de paz e amor, derrama seu doce influxo na sociedade. É livre, esplêndida e benéfica.

O espanhol diz: *fuera ca*;

O português: *perdão* \

Portugal é livre; a Espanha é escrava.

Ambas as nações têm a sua história.

Por mais que o quiséssemos, fora impossível a unificação dos dois países. Uma intransponível barreira de cadáveres, um imenso mar de sangue separa Portugal da Espanha...

Esqueceremos as ofensas (mas não o mártiro); seremos amigos e naturais aliados dos espanhóis, porque nos hão-de unir mútuos interesses de defesa e comércio nacional: - quando a Espanha for livre e civilizada como o é Portugal. E nada mais esperem de nós. Entendam-no bem os ibéricos de ambas as nações [...].

Não acendemos paixões; não avivamos extintos ódios — Lembramos e comemoramos a História.”⁽³⁴⁾.

Esta última afirmação que consubstancia a ligação entre o comemoracionismo e a dialéctica história/memória fundamenta o entendimento da comemoração como representação que coloca "em cena uma previsão ao contrário que procura confirmar, no passado, a direcção do porvir"^{34 (35)}.

⁽³⁴⁾0 *Consciencioso*, Lisboa, suplemento do n° 37,18 Dezembro 1867.

⁽³⁵⁾Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 61.

A função de recordar cumprida pela imprensa periódica foi coadjuvada por numerosos outros registos orais e escritos, tantas vezes dinamizados pela Comissão ou que nela encontraram a sua origem instituinte, sendo dados à estampa textos tão diversos como opúsculos e manuais de evocação histórica da Restauração, poesias, hinos e canções alusivos ao Iº de Dezembro (constantemente reproduzidos nas páginas dos jornais), sermões e peças teatrais⁽³⁶⁾, bem como iconográficos em que avulta a particular espacialização alcançada pelo monumento aos restauradores mas também gravuras que ilustravam os textos publicados, ou até a criação, em 1862, de uma medalha comemorativa do Iº de Dezembro da autoria do célebre gravador Molarinho⁽³⁷⁾. Outros "lugares de memória" foram sendo abundante e espontaneamente criados pela toponomástica. Inevitavelmente, o léxico relacionado com o Iº de Dezembro entrou na linguagem quotidiana e além de dar nome à grande associação da capital do reino, foi também frequente as comissões locais assumirem essa designação ou outra sinónima. Em Lisboa formou-se a Associação Cooperativa Iº de Dezembro, composta sobretudo por artistas e comerciantes⁽³⁸⁾. No Porto, na antiga casa dos vinte e quatro, instalou-se em 1862 a Associação Portugal Restaurado Iº de Dezembro cuja constituição definitiva ocorreu em Janeiro de 1865⁽³⁹⁾. Em Palmeia foi criada a Sociedade Independência⁽⁴⁰⁾, em Ponte de Lima formou-se a Associação Iº de Dezembro⁽⁴¹⁾ e em Lagos a Associação Patriótica Primeiro de Dezembro⁽⁴²⁾. Tais vocábulos também se consagraram como

⁽³⁶⁾Maria da Conceição Meireles Pereira, "A parenética anti-ibérica da 2ª metade de Oitocentos. A condenação do púlpito", in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d. [2001] vol. 2, pp. 281-296 e "A pena em vez da espada - Teatro e questão ibérica", in *Actas do Congresso Internacional Literatura e História, 13 a 15 de Novembro de 2003*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, 2004, pp. 71-101.

⁽³⁷⁾Era feita em prata e estanho, do tamanho de uma moeda de 500 réis, apresentando no anverso o perfil de D. João IV e no reverso a epígrafe "Aos Restauradores de Portugal", lendo-se no centro, "Iº de Dezembro de 1640".

⁽³⁸⁾> *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 200,1 Dezembro 1871.

⁽³⁹⁾*0 Comércio do Porto*, nº 13,17 Janeiro 1865, p. 2.

⁽⁴⁰⁾*Correio da Europa*, Lisboa, nº 23,13 Dezembro 1867, p. 4.

⁽⁴¹⁾*Diário de Noticias*, Lisboa, nº 1174, 8 Dezembro 1868, p. 2.

⁽⁴²⁾*Diário Mercantil*, Porto, nº 535, 28 Outubro 1861.

nomes de associações de diferentes tipos, escolas, grupos de teatro amador, bandas musicais, hotéis, etc. Em Barcelos surgiu a Sociedade Barcelense Iº de Dezembro, maioritariamente constituída por artistas teatrais, que recebia donativos da sociedade portuguesa Madrêpora, do Rio de Janeiro⁽⁴³⁾. Em Lisboa foi fundada a Sociedade Recreativa Primeiro de Dezembro⁽⁴⁴⁾ e em Estremoz surgiu uma associação homónima que aliava o recreio à instrução, realizando no mínimo três récitas por ano, uma delas obrigatoriamente no Iº de Dezembro⁽⁴⁵⁾. A Escola Iº de Dezembro foi fundada no dia 4 de Agosto de 1867, na freguesia da Pena, com a admissão inicial de 53 alunos; no acto de abertura discursaram o seu presidente Elias Garcia, e ainda Vieira da Silva, Silva Albuquerque e Monteiro de Campos⁽⁴⁶⁾. Esta não foi uma iniciativa governamental mas sim maçónica, pois partiu da Loja Revolução Iº de Dezembro⁽⁴⁷⁾. Mafra também teve uma escola com a mesma designação⁽⁴⁸⁾, assim como Setúbal onde foi criada por iniciativa de Campos Rodrigues a escola Iº de Dezembro para raparigas abandonadas, existindo ainda nessa cidade a Sociedade Recreio Familiar Iº de Dezembro⁽⁴⁹⁾. No Porto foi criado o Grémio da Independência Nacional, uma escola que pretendia preparar o povo para exercer condignamente os seus deveres e direitos, bem como a "discreta administração nos negócios públicos"⁽⁵⁰⁾. Mesmo quando não adoptavam um nome relacionado com a efeméride, algumas escolas iniciavam os seus trabalhos nessa data simbólica; foi o caso da Associação dos Artistas de Coimbra que comemorou o aniversário da Restauração em 1866, abrindo as suas aulas nocturnas⁽⁵¹⁾. Foi também anunciada a abertura, em Alcântara, de um ginásio que tomaria o nome de Restauração⁽⁵²⁾. O Hotel Iº de Dezembro foi inaugurado neste dia

(43) *Conimbricense*, nº 842, 18 Fevereiro 1862.

(44) *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 1170, 2 Dezembro 1868, p. 1.

(45) *Estatutos da Sociedade Primeiro de Dezembro da Vila de Estremoz*, Lisboa, Tipografia Universal, 1871, p. 1.

(46) *Boletim do Clero e do Professorado*, Lisboa, nº 225, 17 Agosto 1867.

(47) *Papaçao*, Lisboa, nº 19, 1867, p. 2.

(48) *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 1172, 6 Dezembro 1868, p. 1.

(49) *Diário de Notícias*, nº 184, 1 Dezembro 1872, p. 1 e *Gazeta Setubalense*, nº 132, 3 Dezembro 1871, p. 3.

(50) *Diário Mercantil*, Porto, nº 2967, 5 Dezembro 1869, p. 1.

(51) *Conimbricense*, nº 2020, 1 Dezembro 1866, p. 3.

(52) *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 1170, 3 Dezembro 1868, p. 2.

de 1861 e situava-se no Campo dos Mártires da Pátria, à Cordoaria, no Porto⁽⁵³⁾.

4. Reações negativas à Comissão e comemoração do 1º de Dezembro

A imprensa espanhola foi, evidentemente, a primeira grande crítica da formação desta associação, a qual entendeu como uma provocação. A *Opinião*, periódico afecto ao partido histórico, comentou uma série de artigos subordinada ao título *1851 a 1861*, publicada no *El Reino* e reproduzida pela *Época* (Madrid), onde se afirmava: "O próprio Portugal, editor responsável da Inglaterra, propõe-se vexar-nos, ou insultar-nos"⁽⁵⁴⁾. Aquele jornal lisboeta rechaçou as asserções do periódico espanhol, invocando o direito que cada país constituído tinha de celebrar as suas glórias e datas festivas, sem que desse facto se pudesse concluir que continha o desejo de afrontar a dignidade das nações estranhas e suas aliadas. Comparando o 2 de Maio espanhol e o 1º de Dezembro português, a *Opinião* culpabilizava a maioria da imprensa espanhola pela forma leviana e inoportuna como havia abordado o tema ibérico e solicitava-lhe uma atitude de contrição e um tratamento mais justo para os assuntos portugueses. Esta questão suscitou uma batalha de imprensa travada entre o orgulho ofendido dos espanhóis e as reiteradas explicações dos portugueses. Ainda em Outubro, o *Constitucional*, por exemplo, considerava exagerado o modo encontrado pela Comissão para manifestar a rejeição da união ibérica. Além de questionar o direito dos seus subscritores em se apresentarem em nome de todo o país, o periódico madrileno vislumbrava uma contradição entre a declaração de não querer reacender ódios passados e a intenção de distribuir um livro e construir um monumento que alimentavam esses rancores. Este artigo, que *A Opinião* traduziu e combateu, propunha sarcasticamente algumas medidas no sentido de Portugal criar barreiras que o separassem do resto da Península e o mantivessem isolado⁽⁵⁵⁾. A pugna arrastou-se até ao fim do ano, atenuando-se apenas com o luto real e cancelamento das celebrações previstas para Dezembro de 1861.

⁽⁵³⁾ O *Comércio do Porto*, n° 272, 25 Novembro 1861, p. 4.

⁽⁵⁴⁾ A *Opinião*, Lisboa, n° 1336, 21 Junho 1861, p. 1.

⁽⁵⁵⁾ A *Opinião*, n° 1433, 16 Outubro 1861, pp. 1-2.

Também Alcalá Galiano, na discussão da resposta ao discurso da coroa no senado espanhol, censurou a política externa do governo e mais especificamente as relações com Portugal já que o ódio dos portugueses aos espanhóis ia tomando proporções tais que até as cortes haviam decretado a celebração do aniversário da revolução de 1640⁽⁵⁶⁾ 57.

Uma vez iniciada a cruzada comemorativa promovida pela Associação Iº de Dezembro, a imprensa espanhola alternou entre o silêncio sobre os festejos e a desvalorização dos mesmos. Na sua edição de 23 de Dezembro de 1863, a *Correspondência de Espanha* comentou: "Ha pasado completamente olvidado el día 1er de diciembre, que recuerda á los portugueses su separación de España, y a imitación del ano pasado, no ha habido en este ninguna fiesta comemorativa de aquel suceso"⁽⁵⁷⁾.

Apesar do *Jornal do Porto* ter reagido a esta notícia, a imprensa nacional não se preocupou com as referências que tal assunto sugeria à sua congénere espanhola. Demais, o que a *Correspondência* dizia era uma meia verdade: após 1862, ano em que as manifestações do Iº de Dezembro foram mais vistosas e explícitas, só novamente em 1868 elas viriam a atingir uma expressão mais significativa. Em finais de Novembro desse ano circulou, aliás, o rumor de que o governo provisório de Madrid havia enviado ao governo português uma nota com o fim de obstar aos festejos do Iº de Dezembro.

Quanto à imprensa portuguesa, como atrás se referiu, ela foi um aliado poderoso da Associação Iº de Dezembro colocando-se, quase massivamente, ao seu lado. Mas houve algumas vozes discordantes. Por um lado, alguns órgãos do periodismo português fizeram questão de reivindicar que as manifestações se contivessem nos "justos limites". É o caso da *Gazeta do Povo* que em 1869 explicava que se havia em Espanha quem desejasse a união ibérica não havia ninguém que pensasse em conquistar o território português⁽⁵⁸⁾; assim, o Iº de Dezembro era a "festa da fraternidade portuguesa" já que representava o profundo

⁽⁵⁶⁾A *Opinião*, nº 1479, 10 Dezembro 1861, p. 1. Este artigo da *Opinião* esclarece aquilo a que chama o "equivoco" do ilustre estadista, explicando que tal pensamento partiu da iniciativa popular. O *Comércio do Porto* também reproduziu as acusações de Galiano ao seu governo (nº 288, 13 Dezembro 1861), assim como o *Jornal do Porto* (nº 286, 14 Dezembro 1861, p. 1).

⁽⁵⁷⁾O *Jornal do Porto*, nº 296, 29 Dezembro 1863, p. 1.

⁽⁵⁸⁾*Gazeta do Povo*, Lisboa, nº 40, 28 Novembro 1869, p. 1.

amor à nacionalidade, concretizado numa revolução em que não houve vencedores nem vencidos, ao contrário de Aljubarrota, cuja comemoração seria mais ofensiva aos espanhóis, caso fosse celebrada com gala nacional⁽⁵⁹⁾. Esta postura da *Gazeta do Povo* suscitou uma polémica com o *Diário Popular* que acusava aquele periódico afecto a Loulé de ajoelhar "diante dos espanhóis"⁽⁶⁰⁾, chegando a afirmar: "É-nos completamente indiferente que os espanhóis se ofendam ou não com as festas que nós celebramos"⁽⁶¹⁾. Por sua vez, *O Partido Constituinte* defendia a comemoração do Iº de Dezembro que evocava a autonomia e a santa independência da pátria, mas lembrava a amizade entre os dois povos, os recíprocos interesses económicos e culturais, bem como os laços de fraternidade desde que juntos defenderam a integridade da península contra as hostes de Napoleão⁽⁶²⁾.

Apesar do êxito alcançado relativamente ao seu objectivo primordial, ou seja, a comemoração nacional do aniversário da Restauração, a questão da representatividade da Comissão, aliás sistematicamente reivindicada nos documentos que publicava, não passou sem algumas críticas. A propósito do *Protesto*, Luciano Cordeiro afirmou que a Comissão não representava a nação perante as outras nações, embora consubstanciasse os sentimentos da maioria do povo português no tocante ao iberismo. Acusando aquele documento de alguma demagogia, o colaborador da *Revolução de Setembro* defendeu que melhor seria que as obras correspondessem às palavras, já que dia após dia a tradição se esfacelava e a história se desmentia e, enquanto Portugal empobrecia, a Espanha progredia visivelmente. Assim, alvitrava à Comissão outro tipo de intervenção, nomeadamente no âmbito da cultura cívica: "Bons serviços pode prestar a Comissão Central Iº de Dezembro, não pretendendo fazer-se intérprete dos sentimentos nacionais perante toda a Europa, mas promovendo até onde lhe é possível o renascimento do sentimento público, ilustrando-o, e guiando-o"⁽⁶³⁾.

⁽⁵⁹⁾ *Gazeta do Povo*, nº 42, 1 Dezembro 1869, p. 1.

⁽⁶⁰⁾ *Gazeta do Povo*, nº 44, 3 Dezembro 1868, p. 1.

⁽⁶¹⁾ *Gazeta do Povo*, nº 46, 5 Dezembro 1869, p. 1.

⁽⁶²⁾ *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 201, 2 Dezembro 1871, p. 1.

⁽⁶³⁾ *Revolução de Setembro*, nº 8021, 4 Março 1869, pp. 1-2.

Mas se o jornal de António Rodrigues Sampaio nunca se revelou muito entusiasmado com os alvitreiros da Comissão, no que, ironicamente, se assemelhou ao *Português*⁽⁶⁴⁾, seu adversário político e opositor em muitas batalhas, menos ainda se revelou *A Liberdade*, periódico que logo em 1861 se manifestou expressa e reiteradamente contra a comemoração do 1º de Dezembro. "Os projectados festejos do 1º de Dezembro" foi o artigo que deu o mote; apesar de louvar as boas intenções dos indivíduos que integravam a comissão, censurava os especuladores e o governo que permitiam estas manifestações que continham dois perigos fundamentais. Um era o ridículo, se a comemoração não fosse tão solene quanto o motivo que a inspirava, outro, as consequências fatais que a imprudência de alguns pudessem provocar. Isto é, sendo tão popular em Espanha a ideia da união ibérica, tais festejos poderiam ser tomados como provocação e incendiar o rastilho de um conflito armado⁽⁶⁵⁾. Idêntica posição é defendida por Albano Coutinho que em carta àquele jornal expôs os seus argumentos relativamente ao projectado "vivório" para o 1º de Dezembro. Embora reconhecesse a importância histórica da data, as manifestações aparatosas pareciam-lhe imprudentes porque em caso de desentendimento entre os dois países Portugal não estava em posição de se defender. Por isso condenava os "festeiros do 1º de Dezembro" que diziam querer despertar o espírito de nacionalidade abatido quando os males do país eram outros: a ineficácia da administração, a inoperância da justiça, os tentáculos da corrupção⁽⁶⁶⁾. Ainda com o título "O dia 1º de Dezembro", novo artigo criticava o adormecimento do governo que assistia de braços cruzados aos preparativos, se bem que considerasse vergonhoso que ele viesse a proibir os festejos nas vésperas, por "medo próprio, ou por insinuações estrangeiras". Receando que a comemoração degenerasse em "arraial caricato", *A Liberdade* aconselhava que o governo lhe tomasse as rédeas, convertendo os preparativos da festa popular em sóbrias manifestações cívicas de beneicência⁽⁶⁷⁾. O *Correio*

⁽⁶⁴⁾ o *Português* constituiu um exemplo de contenção relativamente à comemoração nacional. Em 1862 deu alguma publicidade às actividades da Comissão e publicou dois poemas alusivos à efeméride, mas nos anos seguintes não lhe fez referências substanciais.

⁽⁶⁵⁾ *A Liberdade*, Lisboa, nº 17, 16 Julho 1861, p. 1.

⁽⁶⁶⁾ *A Liberdade*, nº 20, 19 Julho 1861, pp. 1-2,

⁽⁶⁷⁾ *A Liberdade*, nº 24, 24 Julho 1861, p. 1.

da Europa, continuador do *Doze de Agosto* de Albano Coutinho, censurou asperamente em 1867 o destaque que o tema da comemoração do 1º de Dezembro alcançara na imprensa periódica, o qual contrariava as aspirações da civilização moderna e a confraternidade dos povos⁽⁶⁸⁾.

Era recorrente considerar que embora o país tivesse o direito de solenizar os grandes dias da sua História, a "boa política", entenda-se, uma adequada gestão financeira, administrativa e institucional, era a melhor forma de sustentar a autonomia. Esta era a filosofia de um artigo da *Gazeta de Lisboa* que condenava o desperdício dos festejos do 1º de Dezembro⁽⁶⁹⁾. Também o texto de Morais Sarmento que evocava em 1864 a efeméride no *Comércio da Covilhã* insistia que Portugal não se deveria queixar dos "irmãos estrangeiros" mas sim dos "filhos degenerados"⁽⁷⁰⁾. Na mesma linha, a *Sentinela da Liberdade*, crente de que "Ibéria era impossível"⁽⁷¹⁾, aproveitou o aniversário da Restauração para alertar o país contra os seus inimigos internos, já que "tudo quanto for governar mal Portugal é impeli-lo para a sujeição à Espanha"⁽⁷²⁾.

No tocante à imprensa portuense, o *Diário Mercantil* foi o que apresentou maiores reservas ao programa da Comissão. Em finais de Julho de 1861 aceitou publicar um texto intitulado "O Iberismo e os Festejos do 1º de Dezembro" que considerava prioritária a subscrição para a compra de armamento e organização de uma guarda nacional⁽⁷³⁾. Mas no início do mês seguinte, o artigo "O 1º de Dezembro e os Festejos" apresentava a sua concepção da comemoração do aniversário de 1640 e revelava a divergência de opiniões e consequente polémica que sobre o assunto grassava na imprensa portuguesa:

{68} *Correio da Europa*, Lisboa, nº 23,13 Dezembro 1867, p. 1. Estas considerações não o impediram, todavia, de publicar no mesmo número diversas notícias respeitantes à actividade da Comissão, bem como aos festejos realizados em diversos pontos do país.

⁽⁶⁹⁾ *Gazeta de Lisboa*, nº 43,29 Novembro 1868, p. 1. Mas como a unicidade de pensamento era rara num órgão da imprensa, neste mesmo número, uma notícia sobre as *Manifestações Patrióticas* projectadas no país, terminava com a afirmação: "Bem hajam os que assim procedem" (*Gazeta de Lisboa*, nº43,29 Novembro 1868, P-2).

w *Comércio da Covilhã*, nº 13, 3 Dezembro 1864.

w *A Sentinela da Liberdade*, Covilhã, nº 230,5 Dezembro 1867, pp. 1-2.

w *A Sentinela da Liberdade*, nº 232,15 Dezembro 1867.

w *Diário Mercantil*, Porto, nº 455, 25 Julho 1861, p. 1.

"Não aprovamos quaisquer preparativos, que se possam fazer para dar uma demonstração popular de regozijo pelo aniversário do próximo 1º de Dezembro.

[...] Queremos festejos, mas festejos, que radiquem bem fundamente o sentimento da nacionalidade. Queremos festejos, mas sem que ofendam os brios da nação vizinha, que os pode ter como nós.

A imprensa periódica tem quase unánimemente mostrado os perigos da manifestação popular. Parte vota contra esta em geral. Parte dá um alvitre para festejar o aniversário. Parte dá outro.

Nós não queremos outros festejos além daqueles que escusam preparativos extraordinários.

Pode-se levar à cena um drama alusivo. Pode-se comemorar o dia na imprensa. Podem-se arvorar bandeiras nacionais. Mas a demonstração desse dia deve ficar aí.

As opiniões têm-se multiplicado quanto aos festejos e o modo de o executar. Qual declara-se pelas luminárias e os copos. Qual pelos actos de filantropia. Qual pelos armamentos e as fortificações. Qual pelo decreto oficial de gala para o dia em questão. Qual pela coibição dos festejos populares pelo governo.

As luminárias e os copos são uma ridicularia de rapaz de escola. As obras de caridade em relação ao aniversário da nossa independência são um disparate. A guarnição das praças e o aumento da força armada são coisa independente do 1º de Dezembro.

[...] No pé, em que está a questão, os festejos são inevitáveis. É certo que algumas demonstrações notáveis se farão. Resta pois que o governo se possua duma circunspecção modelo, e siga passo a passo o povo nos projectados festejos.

O governo não pode proibir terminantemente qualquer manifestação pública. Os que dizem tal servem-se só duma nova arma de opposição. A liberdade não é isto. A liberdade não é sufocar na boca do povo o viva entusiástico.

Prevenir a desordem, zelar o comedimento, eis o que o governo pode e deve fazer"⁽⁷⁴⁾.

⁽⁷⁴⁾ *Diário Mercantil*, nº 463, 3 Agosto 1861, p. 1.

Segundo este texto, a comemoração da independência nacional deveria fazer-se todos os dias e implicava exigências de índole cultural e política porque se realizava no teatro, na imprensa, na associação, na educação, nas bibliotecas, nos monumentos do país, enfim, governando bem e produzindo melhoramentos. Assim, apresentava uma tríplice estratégia contra o iberismo: boa imprensa, bom parlamento, bom governo. Outro artigo revelava-se adverso a festejos extraordinários mas apoiava uma subscrição portuense para aquisição de um vaso de guerra que tomaria o nome de "corveta I^o de Dezembro"; argumentava que uma subscrição regional não correria os mesmos riscos de insucesso de uma realizada à escala nacional, além de que não deveria haver uniformidade de demonstrações festivas em todo o reino, cada terra tinha seus usos e índole, sendo provável que Bragança, Eivas e Guarda se mostrassem mais favoráveis à realização de fortificações terrestres⁽⁷⁵⁾. Em Outubro, ao publicar o *Manifesto* e *Circular*, este jornal lamentou que a Comissão não tivesse adoptado a ideia, nascida no Porto, de festejar o aniversário da Restauração oferecendo alguns navios ao Estado português⁽⁷⁶⁾. Publicou então vários artigos sobre a efeméride⁽⁷⁷⁾ e deu lugar de destaque à questão dos festejos⁽⁷⁸⁾. Mas em 1868, quando os diferentes sectores da sociedade portuguesa se envolviam intensamente na comemoração do I^o de Dezembro, o *Diário Mercantil* abstém-se de dar à estampa qualquer texto evocativo da efeméride e menospreza as iniciativas da Comissão. O tom irónico que emprega nestes assuntos aumenta como se constata no comentário que faz a uma correspondência anónima que solicitava a erecção de um monumento a Pinto Ribeiro, no largo da Cordoaria:

[^] *Diário Mercantil*, n^o 471, 13 Agosto 1861, p. 1.

^w *Diário Mercantil*, n^o 515, 4 Outubro 1861, p. 1.

[^] *Diário Mercantil*, n^o 564, 2 Dezembro 1861. O I^o artigo saudava a solidariedade dos povos português e espanhol, considerando um símbolo da amizade entre os dois povos a exposição industrial do Porto que recebera uma representação da Catalunha, flutuando então a bandeira espanhola no palácio da Bolsa. O 2^o artigo, *O Primeiro de Dezembro*, elogiava o culto da nacionalidade em que Herculano e Rebelo da Silva haviam dado grandes exemplos, e incitava os espanhóis "discretos e razoáveis" a respeitarem a autonomia portuguesa. O 3^o texto, da autoria de Soares Romeu Júnior, evocava o I^o de Dezembro como o dia de união da grande família portuguesa, pela paz e pela prosperidade.

^w*Diário Mercantil*, n^o 589, 2 Janeiro 1862, p. 1.

"Pois em vez de um monumento não seria muito mais racional pedirmos alguma coisa em que a gente se sente?"

Inaugura-se um passeio público. Arrua-se, cinge-se de um gradeado. Ninguém, a não ser um poeta ou um filósofo peripatético, pede um monumento, quando falta pedir bancos"⁽⁷⁹⁾.

Por sua vez, *O 1º de Janeiro* evidenciou algum cepticismo em relação aos festejos, defendeu a reorganização financeira e a defesa armada

- foi aliás um dos apologistas da criação da Escola de Armas do Porto
- patenteando logo no seu número inaugural dúvidas deste teor: "Mas será com *Te-Deums* e festejos, discursos e versos, que defenderemos a nossa independência se ela for atacada? [...] Há-de ser com armas e não com foguetes, que teremos de defender a nossa independência. Não são pois más as demonstrações de amor da independência, mas fora melhor traduzir esse amor em actos mais eficazes, em meios mais seguros de conservar a nossa autonomia"⁽⁸⁰⁾.

O principal órgão do partido regenerador em Aveiro, *O Campeão das Províncias*, tomou-se o grande divulgador das actividades aí desenvolvidas em prol das celebrações do 1º de Dezembro, reivindicando em 1868 e 1869, tal como outros órgãos da imprensa afecta ao partido, a substituição dos festejos por subscrições para armamento⁽⁸¹⁾. Mas este mesmo jornal veiculou também críticas à Comissão e aos projectos armados como se constata num folhetim intitulado *A Ibéria ou Espanha*, publicado sob o criptónimo "Visionário" que não dava grande credibilidade à Sociedade 1º de Dezembro, composta, a seu ver, "de alguns ibéricos e homens crentes e patriotas", e censurava os armamentos e fortificações⁽⁸²⁾.

O *Viriato*, destacado jornal de Viseu que iniciou funções em 1855, patenteou uma evolução relativamente à questão da celebração do 1º de Dezembro. Em 1867 e 1868 aderiu às manifestações nacionais que louvavam o memorável dia e simultaneamente patenteavam a clara

⁽⁷⁹⁾ *Diário Mercantil*, nº 2590, 9 Setembro 1868, p. 2.

^(s) *O 1º de Janeiro*, Porto, nº 1, 1 Dezembro 1868, p. 1. No ano seguinte lamentou, contudo, que as comemorações no Porto se limitassem a *o Te Deum*, e noticiou as comemorações de numerosas cidades (nº 268 e 270, 1 e 3 Dezembro 1869).

⁽⁸¹⁾ *O Campeão das Províncias*, Aveiro, nº 1707, 28 Novembro 1868 e nº 1811, 1 Dezembro 1869.

⁽⁸²⁾ *O Campeão das Províncias*, nº 1907, 5 Novembro 1870.

rejeição da união ibérica⁽⁸³⁾. No ano seguinte, contudo, o discurso do aniversário da Restauração era outro: considerava as comemorações inofensivas mas também desnecessárias, e isto porque o amor pátrio não precisava de estímulos, além de que o 1º de Dezembro lembrava a glória de 1640 mas também a vergonha e o abatimento político e moral de 1580. Considerando pouco honroso lembrar as causas da perda da independência (o fanatismo de alguns monarcas, os maus governos, etc.), este texto insistia que o povo tinha agora mais ilustração, dispunha de algumas garantias de independência do seu país como a civilização moderna, a imprensa e o sentimento nacional⁽⁸⁴⁾. A correspondência de Albano Coutinho convergia nesta visão crítica dos festejos da capital, "o vivório dos costume" e considerava que nesse ano a habitual comédia tinha sido revista e aumentada com as manobras de Saldanha e do exército⁽⁸⁵⁾.

Após evidente cooperação com a Comissão, no ano de 1868, altura em que se tomam visíveis as suas simpatias republicanas, o *Jornal do Comércio* torna-se particularmente crítico em relação à comemoração do 1º de Dezembro. Em finais de Novembro, insurgia-se contra os preparativos dos festejos que, a serem ostentosos, teriam um carácter ofensivo para o povo vizinho "do qual não temos agora recebido agravos", já que se havia extinto o fogo dos primeiros tempos da revolução espanhola. Recorrendo ao argumento mais habitual, considerava que não era com festejos mas sim com trabalho que se patenteava amor à pátria, como fazia a Bélgica, pois o tradicional "queremos ser pobres mas independentes" era "coisa poética"⁽⁸⁶⁾. Em Março do ano seguinte, outro artigo de primeira página transcrevia e comentava o *Protesto* numa atitude claramente destoante já que apesar de o considerar bem redigido e de concordar que os jornais de Madrid revelavam a mais profunda ignorância sobre o que se passava em Portugal, opinava que não se lhes devia dar importância, tanto mais que também os periódicos portugueses desvairavam nessa matéria e a forma como tratavam a questão ibérica poderia acarretar

(83) *o Viriato*, Viseu, n° 1322, 5 Dezembro 1867 e n° 1426,1 Dezembro 1868.

(84) *o Viriato*, n° 1531, 3 Dezembro 1869.

(85) *o Viriato*, n° 1534,14 Dezembro 1869. Refira-se que os textos de Coutinho não chegavam para imprimir uma orientação pro-iberista ao periódico que, por exemplo, também publicava as correspondências de Peniche de A. Butler, e os seus textos profundamente anti-ibéricos.

(86) *Jornal do Comércio*, Lisboa, n° 4528,29 Novembro 1868, p. 1.

ao país muitas calamidades porque promoviam a desunião entre os portugueses e o agravo aos espanhóis. Todavia, alvitrava que o *Protesto* deveria reunir as assinaturas de todos os vereadores municipais já que detinham a representação popular, devendo este facto revestir-se de maior significação na imprensa estrangeira que era o destinatário principal do documento⁽⁸⁷⁾. Duas semanas volvidas, o *Jornal do Comércio* lamentou a má recepção deste artigo pela Comissão I^o de Dezembro que quase lhe chamara ibérico, mas evidenciou que ela aceitara o repto de o mandar assinar aos munícipes⁽⁸⁸⁾. Todavia, este diário colocou-se do lado dos dois vereadores de Lisboa que não quiseram assinar o *Protesto e* contra o presidente da edilidade que a isso pretendia obrigá-los⁽⁸⁹⁾. Um dos autarcas era Luís de Almeida e Albuquerque, proprietário e redactor do *Jornal do Comércio*, facto que gerou algumas animosidades contra o periódico que dirigia⁽⁹⁰⁾.

De uma maneira geral, a imprensa republicana revelou-se pouco seduzida pelos trabalhos da Comissão, ora criticando ora desvalorizando os seus métodos e objectivos. Contudo, certas circunstâncias levaram alguns periódicos de simpatias republicanas a defender as comemorações do I^o de Dezembro. É o caso da *Democracia*, efémero órgão da Associação Patriótica de Lisboa, que na sua acesa pugna contra o ministério histórico Loulé/Ávila considerava que Portugal vivia uma situação análoga à de 1580. Acusou o governo de não permitir a reunião popular no teatro D. Maria II, destinada a eleger a grande comissão para tratar dos festejos do I^o de Dezembro⁽⁹¹⁾, mas realizada esta em 14 de Julho, afirmou ter sido apenas participada por homens do povo, ao passo que os nobres e deputados haviam desprezado o convite popular⁽⁹²⁾. Tal como o sector mais radical da Comissão nascente, este periódico defendia o armamento do país, a reparação das fortificações, a formação de milícias nacionais e

(87) *Jornal do Comércio*, n^o 4601, 3 Março 1869, p. 1.

(88) *Jornal do Comércio*, n^o 4615, 19 Março 1869, p. 1.

(89) *Jornal do Comércio*, n^o 4700, 1 Julho 1869, p. 1.

(90) *Jornal do Comércio*, n^o 4706, 8 Julho 1869, p. 1. Alguns periódicos não perdoaram esta atitude dos vereadores, como a *Autonomia Portuguesa*, que os acusou de republicanos e partidários da união ibérica (*A Autonomia Portuguesa*, Lisboa, n^o 16, 17 Julho 1869, p. 4).

(91) *A Democracia*, Lisboa, n^o 5, 6 Julho 1861, p. 4.

(92) *A Democracia*, n^o 7, 20 Julho 1861, p. 4.

corpos de primeira de linha⁽⁹³⁾. Também *A Lanterna*, dedicou em 1869 um dos seus inflamados textos ao *Iº de Dezembro*, vertendo aí a sua proverbial retórica patriótica que exortava os portugueses, tal como em 1640, a resistirem moral e fisicamente a "essa conquista que hoje nos prometem pela liberdade; que amanhã nos hão-de dar pela escravidão!"⁽⁹⁴⁾

Em Eivas, *A Democracia Pacífica* não deixou de saudar as celebrações locais do *Iº de Dezembro* e do 14 de Janeiro mas criticou os excessos de patriotismo que viam nos princípios democráticos de Espanha o "vírus da união ibérica", argumentando que nada havia que reccar daquele país mas sim da má administração portuguesa⁽⁹⁵⁾.

Embora sem se pronunciar sobre a Comissão, a *República Federal* que publicitou os ideais da república universal e da federação dos estados europeus, louvou em 1870 o 230º aniversário da Restauração de Portugal, saudando essa data como a libertação da opressão e da dominação estrangeira, num texto que terminava com a trilogia liberdade, igualdade e independência⁽⁹⁶⁾.

O afastamento compulsório de alguns elementos, bem como as críticas de que começou a ser alvo, marcam indelevelmente a vida da Associação *Iº de Dezembro*, uma década volvida sobre a sua criação. Em 1871, Costa Goodolphim protagonizou um dos saneamentos da Associação, após a publicação da obra *Visita a Madrid*. Algumas das suas declarações feriram susceptibilidades já que embora pugnassem pela união fraternal e não pela fusão política, e considerasse que a expressão *união ibérica* abria um abismo entre os dois povos, a expressividade de Goodolphim causou inevitável impacto com afirmações desta natureza:

"Senão fora esse aventureiro, francês ou bolonhês, o conde D. Henrique, que veio tornar estes dois povos como dois Caims, esta península unida toda seria hoje um império, uma monarquia ou república forte, gigante, que daria leis à Europa em vez de estar por muitas ocasiões sob a pressão dum povo, que à semelhança dos agiotas folga e ri quando outros gemem e choram.

⁽⁹³⁾ *A Democracia*, nº 10, 10 Agosto 1861, p. 1.

⁽⁹⁴⁾ *A Lanterna*, Lisboa, nº 32, p. 3-5.

⁽⁹⁵⁾ *A Democracia Pacífica*, nº 101, 29 Novembro 1868; nº 130, 4 Dezembro 1869.

⁽⁹⁶⁾ *República Federal*, Lisboa, nº 25, 1 Dezembro 1870, p. 2.

[...] Se possível fosse arrancar do seio dos portugueses este sentimento de amor pela independência a este cantinho do ocidente que se chama Portugal; se uma vara mágica pudesse tornar todos os portugueses espanhóis, o.u os espanhóis portugueses; se toda esta península formasse um só estado, sejamos francos que surgia destas duas nações, uma nação poderosa, que abateria o orgulho desses povos que intentam dar as leis na dialéctica duma metralhadora ou na ponta duma espada, tingindo de sangue as páginas da história do século que se chama do progresso.⁽⁹⁷⁾

O ilustre jornalista, descendente de Pedro Álvares Cabral e de lord Goodolphim, ministro da rainha Ana de Inglaterra, defendeu-se da expulsão com o opúsculo *A Comissão 1º de Dezembro de 1640* que acusava de pouco merecimento moral e cívico:

"Mas grave celeuma levanta o livro, prepara-se sessão especial, e uma porção de sócios constituem-se em tribunal de alta justiça, imaginam-se encarnações dos cardeais da sagrada Congregação do Index, ou membros do santo tribunal da Inquisição e começa-se o julgamento.

[...] Antes de eu pertencer àquela comissão julguei ser coisa de apreço: mas apenas lá entrei, vi as suas sessões frequentadas por sete ou oito homens, vi que um grande número nunca ali concorre, e vi tratar-se simplesmente de futilidades com pendões, panteões, acompanhar procissões, pôr luminárias e fazer zumbaias à aristocracia. Enfim, depois de lá estar cumpro em guardar o mistério, mas quando alguém me perguntava para que servia aquilo, via-me forçado a mudar de assunto, porque não sabia o que respondesse.

Compreenda-se isto: no século presente, em todos os séculos, enfim, a independência de uma pátria nunca se firmou com palavrões, bandeiras, música e foguetes"^{97 (98)}.

⁽⁹⁷⁾Costa Goodolphim, *Visita a Madrid*, Lisboa, Tipografia Universal, 1871, pp. 8-9 e 16-17.

⁽⁹⁸⁾Costa Goodolphim, *A Comissão 1º de Dezembro de 1640*, Lisboa, [1871], pp. 1-3.

Este folheto contém ainda uma carta de João Luís da Silva Viana que zombava do libelo acusatório lançado pela Comissão a Goodolphim e reiterava os votos de amizade a Espanha que valeram a "excomunhão maior" ao seu companheiro: "Trata-se do anátema que uma plêiade de homens bem intencionados mas fanáticos, muito honrados mas visionários, e muito inteligentes mas patriótico-maníacos houve por bem, do alto do palácio dos condes de Almada, lançar-te, riscando o teu nome da lista de sócios dessa associação, sociedade, comissão, ou como queiram chamar a este grupo de indivíduos que estão encarregados, não sei bem por quem, de alimentar, quais outras vestais, a sacra flama do amor da pátria!"⁽⁹⁹⁾ *.

Foram ainda insertos no opúsculo testemunhos abonatórios de periódicos como o *Diário Popular*, o *Diário Mercantil* e *A Verdade* que manifestavam a sua consternação e surpresa perante a atitude da Comissão. O último, de inspiração maçónica, lançou uma interrogação que sugeria outros interesses e formas de pressão: "Haverá por ventura relação entre a associação patriótica Iº de Dezembro e a loja maçónica de igual nome que se apartou agora do Grande Oriente Lusitano para se entregar a trabalhos políticos? Se há, o motivo porque votaram ao ostracismo o sr. Goodolphim não foi decerto a inofensiva *Visita a Madrid*, que por forma alguma pode comprometer a nossa autonomia"⁽¹⁰⁰⁾.

Poucos meses após a sua criação e no seguimento das celebrações de Dezembro de 1873, *O Rebate*, órgão semanal do Centro Republicano Federal de Lisboa, afirmava que não sabia bem o que era e o que queria essa "coisa que se chama Comissão Central Iº de Dezembro, [...] mas que de vez em quando dá um ou outro sinal de existência"⁽¹⁰¹⁾. Apodava os seus dirigentes de "espécie de deusas vestais" sem os quais Portugal já teria passado para estômago dos leões de Castela e imputava-lhe o inocente propósito de conservar no povo português o rancor a Espanha⁽¹⁰²⁾.

Uma das folhas republicanicas então mais críticas da Associação Iº de Dezembro foi o portuense *Diário da Tarde*. Nos inícios de 1873, Sampaio Bruno patenteava abertamente a sua opinião:

⁽⁹⁹⁾ Costa Goodolphim, *A Comissão T de Dezembro de 1640*, Lisboa, [1871], p. 8.

⁽¹⁰⁰⁾ *A Verdade*, Porto, n.º 7, 11 Setembro 1871.

⁽¹⁰¹⁾ *O Rebate*, Lisboa, n.º 22, 6 Dezembro 1873, p. 3.

⁽¹⁰²⁾ *O Rebate*, Lisboa, n.º 22, 6 Dezembro 1873, p. 3.

"Todos têm aplaudido até hoje aquela associação. Pois eu vou-lhe chamar ridícula e tola. Não sou ibérico, por que sei que os potentados esmagam as nações pequenas que lhe estão sob tutela, porque tenho o exemplo da Grécia, e agora o da Irlanda e da Hungria. Não sou ibérico, mas repito acho tola e ridícula a associação 1 de Dezembro de Lisboa.

[...] De que serve, respondi-me, de que serve o relembrardes tolamente datas de ódios e rancores? Sois ridículos, digo-vos, sois ridículos e néscios, e não dá mostras de patriotismo o recitar três poesias insossas num salão bem seguro"⁽¹⁰³⁾.

As razões de Bruno incidiam no ilogismo dos fins da associação. Esta pretendia fazer arder o amor da pátria o que não tinha qualquer senso já que o patriotismo dos portugueses era inquestionável; pretendia lembrar e festejar o 1º de Dezembro com luminárias e foguetes que não se faziam sentir em Madrid; pretendia pugnar pela autonomia sem ter ajudado a organizar quaisquer tropas ou arsenais. Assim, não se justificava a existência da associação, já que o povo, o país profundo, dispensava qualquer lição sobre como defender a independência, caso ela perigasse. No ano seguinte aquela folha criticou a euforia dos festejos, contrapondo a música das filarmónicas às crianças com fome, o estalar dos foguetes aos velhos sem abrigo, a vozearia dos deslumbrados aos explorados sem luz⁽¹⁰⁴⁾.

Por sua vez, o *Club*, órgão da classe académica do Porto, referiu-se em 1874 à projectada construção do monumento dos Restauradores para o qual a Comissão tinha já uma receita que rondava os vinte contos. Face à elevada taxa de analfabetismo do país, este periódico interrogava-se: "Com essa quantia, angariada para um monumento cuja inscrição os pobres não poderão ler, quantas desgraças, tempestades na família, quantos erros e quantos crimes não apagaría a ilustre Comissão, fundando escolas?"⁽¹⁰⁵⁾.

A imprensa humorística revelou-se sempre atenta aos propósitos da Comissão. O seu pendor satírico e muitas vezes republicano suscitou textos e gravuras críticas sobre estes assuntos. No ano da sua criação,

⁽¹⁰³⁾ *Diário da Tarde*, Porto, nº 102, 20 Janeiro 1873, p. 1.

⁽¹⁰⁴⁾ *Jornal da Tarde*, nº 45, 1 Dezembro 1874, p. 1. A alteração do nome deste periódico ocorreu em 10 Outubro 1874.

⁽¹⁰⁵⁾ *Q Q i u j j*, Porto, nº 2, 1 Fevereiro 1874, p. 4.

em 1869, o *Trinta Diabos* referiu-se céptica e ironicamente à comemoração do 1º de Dezembro concluindo: "Não é assim que as coisas se fazem e o tempo o mostrará."⁽¹⁰⁶⁾ O *Trinta Diabos Júnior* utilizou um tom mais virulento para ridicularizar os festejos e os seus promotores. Se no texto "Salvé dia 1º de Dezembro, dia de entusiasmo, de glória, de valor, etc. etc. e etc." avulta o humor⁽¹⁰⁷⁾, nos artigos "Os Patriotas e a Pátria" e "Os Patrioteiros" ressalta a indignação perante as atitudes da Comissão: é particularmente vituperada a solicitação de apoio ao clero para a propaganda anti-ibérica e ao conceito de pátria alardeado pelos "dezembristas" é contraposta uma visão pacifista, fraterna e universal, directamente inspirada no credo democrático e socialista, e esvazia-se a comemoração do seu significado popular⁽¹⁰⁸⁾. O *Pimpão*, desde a sua estreia em 1876, não perdeu uma oportunidade para criticar os festejos, a Comissão e as suas "soporíferas sessões"⁽¹⁰⁹⁾. Mas foram sobretudo O *Sorvete* (Porto, 1878) e O *António Maria* (Lisboa, 1879), com as suas caricaturas e textos mordazes, que demonstraram o declínio do organismo e da festividade.

5. Os festejos do 1º de Dezembro - liturgia cívica e ritualização

As comemorações assumiram um carácter popular e não oficial, isto é, os governos permaneceram dissociados das festividades que obtiveram apoio sobretudo nos poderes autárquicos, considerados representantes do povo, coadjuvados pela imprensa e pelas associações locais⁽¹¹⁰⁾. Estas, sob o modelo e instruções da Comissão Central, elaboravam subscrições, programavam os festejos, organizavam os cortejos cívicos que no seu máximo esplendor integravam numerosos grupos (bombeiros, associações de instrução e recreio, escolas primárias

(106) *p vinta a Diabos*, Lisboa, nº 44, Dezembro 1869, p. 4.

(107) *j,inta Diabos Júnior*, Lisboa, nº 17, Dezembro 1872, p. 4.

dos) *T,j,nta Diabos Júnior*, nº 36, Maio 1873, p. 2; nº 68, Dezembro 1873, p. 1.

(109) o *pimpão*, Lisboa, nº 10, 3 Dezembro 1876, p. 1; nº 20,11 Fevereiro 1877, p. 2.

(no) Além do assentimento ao pedido da Comissão Central, o envolvimento dos governos foi praticamente nulo. Os edifícios públicos não se iluminavam por ordem superior. Todavia, o executivo ministerial assistia frequentemente aos officios religiosos.

e secundárias, colectividades de diversas índole, comissões eleitorais, centros, clubes, grupos profissionais, batalhões escolares, executivos camarários, etc.) contactavam artistas e músicos, solicitavam, enfim, a adesão dos populares. O encerramento das unidades industriais e comerciais, escolas e alguns serviços, sem redução salarial, permitiu o êxito dos festejos, amplamente participados. Daí a comemoração do 1º de Dezembro ter reunido os elementos fulcrais da festividade popular. Tal como Christian Amalvi concluiu para a comemoração do 14 de Julho em França⁽¹¹¹⁾ ¹¹², também o 1º de Dezembro em Portugal patenteou a consagração do espaço civil, com o domínio do festivo e lúdico, verificando-se a transferência da sacralidade do religioso para o laico e o profano, tomando-se a via pública, um dos cenários capitais da festa nacional. Esta desenrola-se em três tempos sucessivos, sendo a manhã destinada aos ofícios religiosos em templos engalanados para o efeito e a tarde e noite dedicadas às manifestações cívicas e distrações populares. A sacralização do tempo e do espaço revela-se nas horas das vésperas com o culminar das jubilações públicas, nos teatros, bailes, *soirées* e orfeões, quermesses ou cerimónias filantrópicas. Após a cerimónia religiosa, que podia incluir *Te Deum* com sermão alusivo ou missa cantada vocal e instrumental, a festa profana promoveu as manifestações e marchas de rua acompanhadas de bandas marciais, filarmónicas e orquestras que, actuando em alternância, executavam hinos ininterruptos ao longo do dia, enchendo as ruas de música até altas horas. Os efeitos sonoros e visuais eram ainda alcançados pelas salvas de tiros, pelo repicar dos sinos, pelos abundantes foguetes, girândolas e morteiros num jogo de brilho e fumo que se estendia da meia-noite ou alvorada até ao fim do dia. À noite, juntavam-se a estas demonstrações as iluminações de edifícios municipais, sedes de associações e colectividades, teatros, redacções dos jornais, cafés e outras unidades comerciais, bem como palácios e casas particulares. Era frequente a utilização de transparentes iluminados que projectavam símbolos, retratos ou ainda mensagens literárias sob a forma de pequenos poemas alusivos à efeméride. Em 1868, Manuel Joaquim "do Gás", técnico deste tipo de iluminação, ofereceu-se para decorar graciosamente o Palácio Almada^(m). Esta arte do efémero não prescindia

⁽¹¹¹⁾ Christian Amalvi, "Le 14 Juillet. Du Dies Irae à jour de fête", in *Les Lieux de Mémoire. La République*, Paris, Gallimard, 1997, p. 399.

⁽¹¹²⁾ *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 1163, 24 Novembro 1868, p. 1.

pois da decoração luminosa, símbolo fortemente visual da adesão da comunidade ao significado da celebração. O francês Eugène Delançon comentou com algum chiste a importância das tigelinhas de luminárias nas comemorações oitocentistas em geral, e do Iº de Dezembro em particular, aliado ainda às bandas "pseudo-harmónicas":

"Le lampion joue réellement un grand rôle dans la politique moderne. [...] Le lampion est le thermomètre des idées politiques; est le dynamomètre de la force des partis.

Dans un anniversaire d'un fait plus ou moins national, dans une manifestation quelconque, si le lampion n'apparaît pas á toutes les fenêtres, celles qui son restées dans l'obscurité sont montrées au doigt, et leurs propriétaires sont cotés comme dangereux et étiquetés comme ennemis.

[...] Aujourd'hui, veille du 2 décembre 1868, les ibériques et les anti-ibériques de Lisbonne ont pu mesurer leurs forces en se comptant par *lampions*.

Dès la pointe du jour, les sociétés pseudo-harmoniques se répandait dans les rues de la ville et l'hymne national, ou de la restauration se jouait sur des instruments de cuivre oxydé, avec une verve de poumons et de biceps, bien digne de meilleur emploi"⁽¹¹³⁾.

À noite os teatros atraíam multidões, desde a capital à modesta localidade de província que improvisava espaços e mobilizava artistas amadores, revestindo-se os espectáculos de actos simbólicos que potenciavam a emoção e comoção dos assistentes. Em salas ornamentadas com motivos evocativos da efeméride, para além da representação da peça teatral alusiva, procedia-se à execução de hinos patrióticos, à recitação de poesias, à distribuição de folhetos com as letras dos mesmos, à subida ao palco de bandeiras nacionais, num crescendo de emotividade em que a participação do público era um elemento poderoso e fundamental do próprio espectáculo.

Quando as orquestras interpretavam os hinos, nomeadamente da Carta e da Restauração, os espectadores descobriam-se e permaneciam de pé, numa atitude respeitosa a que ninguém podia escapar sob pena de ser apontado a dedo. Tal como Delançon dizia que quem não colocasse

⁽¹¹³⁾*La Guêpe*, Lisboa, nº 15,5 Dezembro 1868, p. 3. Artigo intitulado "Illuminations et ténèbres".

luminárias era acusado de ibérico, também quem não se mantivesse de pé durante a execução dos hinos era considerado traidor ao sentimento que dominava o espírito público nos espectáculos do 1º de Dezembro. Isto mesmo aconteceu com Rebelo da Silva, em 1869, na récita do S. Carlos; a imprensa não perdoou pelo que o escritor teve que publicar uma carta aberta retratando-se da sua momentânea distração⁽¹¹⁴⁾.

A par desta vertente barulhenta e efusiva, os festejos do 1º de Dezembro assumiram outra, mais sóbria, que foi a da beneficência. O bodo aos pobres ou presos (cujo número podia ascender à casa das centenas), a oferta de refeições e de óbolos, a admissão de crianças em asilos, a distribuição de livros pelas escolas, o rancho melhorado aos soldados foram iniciativas frequentes. Em todas as cerimónias e rituais era notória a intenção de ressaltar o simbólico número quarenta, já adoptado pela Comissão Central, que representava o grupo de conjurados. Ocasionalmente, a distribuição de pequenas publicações com a resenha histórica do feito de 1640 constituía a vertente pedagógica desta comemoração, como aconteceu em 1862, na capital⁽¹¹⁵⁾. As festividades desenvolveram-se em torno de um poderoso ritual assinalado por cortejos e bandeiras, toques de sinos e salvas de tiros, quadros e retratos, hinos e poemas, representações teatrais e jogos populares, jantares e discursos, brindes e acções filantrópicas.

A análise da imprensa da época permite afirmar que os festejos atingiram a escala nacional, realizando-se de uma ponta à outra do país, proporcionalmente aos meios disponíveis; em Lisboa e no Porto assumiram, compreensivelmente, maior expressividade enquanto as referências no Alentejo são, de longe, as mais reduzidas. A primeira comemoração ocorreu em 1862 e foi das mais bem conseguidas, como testemunhou Santos Firmo: "Ano igual ao de 1862 infelizmente não tornou a aparecer"⁽¹¹⁶⁾.

As celebrações de 1868, novo tempo forte da questão ibérica, foram unanimemente apresentadas pela imprensa como as mais vibrantes de sempre, só comparáveis às de 1862. Um articulista da *Correspondência de*

⁽¹¹⁴⁾ *Gazeta do Povo*, Lisboa, nº 45,4 Dezembro 1869.

⁽¹¹⁵⁾ O *Conservador*, Lisboa, nº 218, 2 Dezembro 1862, p. 3. O mais importante texto desta publicação intitulava-se *Denodado Arrojo dos Portugueses contra o poderio das Espanhas, na Gloriosa Restauração de Portugal*.

⁽¹¹⁶⁾ *Diário Popular*, Lisboa, nº 441, 1 Dezembro 1867, p. 1.

Portugal resumia nestes termos a festa e o seu significado: "O dia Iº de Dezembro [...] foi este ano celebrado com festejos desusados. [...] Não só em Lisboa e Porto mas nas terras mais insignificantes do reino, se celebrou este aniversário glorioso. É mais um desengano, se acaso mais um era necessário, para convencer os raríssimos *ibéricos* teóricos e práticos, os de cá e os de fora, mais raros cá do que fora; porque entre nós não passam eles de meia dúzia de visionários, sonhadores de confederações e da paz universal no melhor dos mundos possíveis, e de outra meia dúzia de especuladores⁽¹¹⁷⁾.

Neste ano, os relatos da imprensa denotam uma multiplicação e intensificação dos festejos religiosos e profanos por todo o país, verificando-se a dispensa de trabalho e aulas em maior número de instituições e a mobilização de indivíduos de todas as condições sociais. Em Lisboa experimentou-se a iluminação com luz eléctrica e a cerimónia da Comissão Central foi de grande pompa. No Rossio e largo de S. Domingos ter-se-ão reunido mais de dez mil pessoas proferindo palavras de ordem alusivas à dinastia e à independência nacional, sempre acompanhadas das filarmónicas que interpretaram o hino de Riego em homenagem à revolução liberal espanhola. Os festejos do Porto foram também amplamente participados, ganhando particular destaque o novo espaço do Palácio de Cristal então com entrada gratuita e divertimentos vários como o mastro de *cocagne* que dava um prémio de 4\$500 réis a quem conseguisse colocar a bandeira portuguesa no topo^{(117) (118)}.

O *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* fizeram uma vasta cobertura das comemorações nacionais deste aniversário da Restauração, publicando as notícias ao longo de mais de duas semanas, funcionando como pequenas reportagens dos festejos realizados nas mais diversas localidades do país.

Nos anos seguintes, continuou a imprensa a relatar os eventos comemorativos do Iº de Dezembro, com as suas grandezas e misérias⁽¹¹⁹⁾. Pode afirmar-se que o clímax da pedagogia da Restauração aliada à sua

(117) *Correspondência de Portugal*, Lisboa, nº 166, 14 Dezembro 1868, p. 1.

(118) *O Nacional*, Porto, nº 266, 5 Dezembro 1868.

(119) Como a limitação do número de entradas no Palácio Almada em virtude da enorme afluência de público e a reduzida receita obtida na subscrição aberta pelos estudantes de Braga que apenas puderam contratar uma banda e lançar alguns foguetes (O *Partido Constituinte*, Lisboa, nº 467, 26 Novembro 1872 e nº 201, 2 Dezembro 1871).

ritualização se situou nas décadas de sessenta e setenta de Oitocentos. Progressivamente, porém, o assunto atingiu a saturação, como se depreende das palavras Camilo Castelo Branco no romance *O Regicida*, de 1874: "A revolução de 1640 é tão falada, desde a escola de instrução primária até às festividades retóricas de cada 1º de Dezembro, que a pessoa inteligente em cuja mão este livrinho tem o préstimo de a livrar de 1er outro pior, me está pedindo que dê vivas à independência nacional e passe avante". O impulso comemorativo, fulgurante nos inícios de 1860, declinava à medida que o século avançava: "O povo delirava, sentindo-se cheio de amor à Pátria. De ano para ano foi decaindo a festa, arrefeceu o entusiasmo, estreitaram-se as relações dos dois povos, mas ainda há uns restos de festa que entretêm os amigos da música e de luminárias"⁽¹²⁰⁾.

A simbologia do 1º de Dezembro tomou-se, assim, num dos tópicos essenciais da exaltação nacionalista e patriótica suscitada pela emergência e desenvolvimento da questão ibérica, assumindo a sua comemoração foros de pioneirismo na liturgia cívica de Oitocentos. Extrapolando o seu significado de resposta às eventuais agressões de Espanha, passou genericamente a representar a recusa de qualquer forma de constrangimento externo e absorção, como acentuou Ferreira Girão⁽¹²¹⁾. Metáfora da autonomia e soberania nacionais, a anamnese do 1º de Dezembro não podia ser rejeitada pelos regimes da 1ª República e do Estado Novo que convocaram frequente e activamente a memória da Restauração de 1640. A Sociedade Histórica da Independência de Portugal - sucessora da Associação Nacional 1º de Dezembro de 1640 - cujos estatutos de 1890 foram modificados em 1927-28, contribuiu para manter acesa a chama açulada no ano da morte de D. Pedro V. Do Governo Provisório Republicano conseguiu a consagração do aniversário da Restauração como feriado nacional, e tem colaborado, até ao presente, na reflexão multifacetada, se bem que predominantemente histórica, sobre Portugal.

⁽¹²⁰⁾ Sousa Bastos, *Lisboa Velha. Sessenta anos de recordações 1850 a 1910*, Lisboa, C. M. L., p. 88.

⁽¹²¹⁾ Júlio Ferreira Girão, *Portugal 1578-1668*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1897, p. 142.